

Preservação

nião é defendida pelo técnico em Meio Ambiente, Cristiano Silva. "As pessoas não tem dinheiro para fazer um estudo sobre onde pode ou não se pode construir. Quem tem que elaborar leis do uso e ocupação do solo é o poder público", diz.

Para Silva, a convivência com as enchentes poderia ser bem mais pacífica. Aos seus olhos, as ocupações desordenadas ainda são o pivô da sustentabilidade ambiental. Boa parte dos terrenos alagadiços que deveria servir como refúgio para o Iguaçu, segue sendo ocupada. "Estas áreas alagadiças mantêm o nível do rio. Elas agem como uma reserva, uma esponja, que supre o rio quando ele volta ao nível normal depois de uma enchente, por exemplo", explica.

As invasões, que terminam em problemas sociais na porta da prefeitura, ocupam justamente o leito "reserva" do rio. De mãos dadas com elas, caminha a destruição da mata ciliar. Praticamente nula na área urbana, a mata abre as portas para o desastre ecológico. "Nós estamos matando o rio", dispara o técnico. Não só o rio, garante ele. As matas também são corredores da biodiversidade. É por eles que animais silvestres caminham, encontram alimento e se reproduzem. "Além disso, a mata evita a erosão nas margens e diminui a quanti-

dade de matéria orgânica que vai para o rio e provoca o assoreamento dele", lembra Silva.

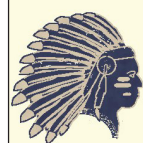
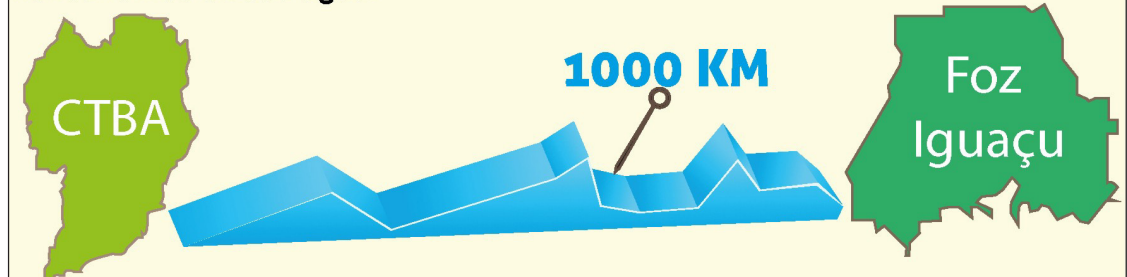
Por enquanto, contudo, quem tem um teto pertinho do rio vive seus dias com tranquilidade e quando chove, já sabe para onde ir. Para Woehl, as enchentes estimularam estudos e é especialmente isso, e não pela propaganda que elas causaram às Cidades Irmãs, o que causa orgulho. "Sou mais para os parabéns a todos pelo caminho trilhado do que pela tentativa constante de exaltar a cara suja, feia e molhada das minhas cidades", sorri.

Sem levar ao pé da letra

As condições de Porto União quase isolam a aplicação da legislação Federal na cidade. O município pertence à cota do reservatório artificial de Foz do Areia. A Companhia Paranaense de Energia (Copel) trabalha com os 745 metros operacionais. O número representa a altitude do rio em relação ao nível do mar. Nos últimos anos, a cota tem sido usada como critério, inclusive, para a liberação de créditos para financiamentos imobiliários. A Caixa Econômica Federal (CEF), por exemplo, não aprova projetos de construção para áreas que estão abaixo do 746,75, um metro e 75 cm extras, que servem como segurança. A medida

Rio Iguaçu

O rio tem uma extensão considerável, que pode passar dos mil quilômetros, segundo especialistas. Afluente do rio Paraná, o Iguaçu nasce em Curitiba e desemboca em Foz do Iguaçu, lugar onde a beleza e força encanta até quem nunca tomou de sua água.



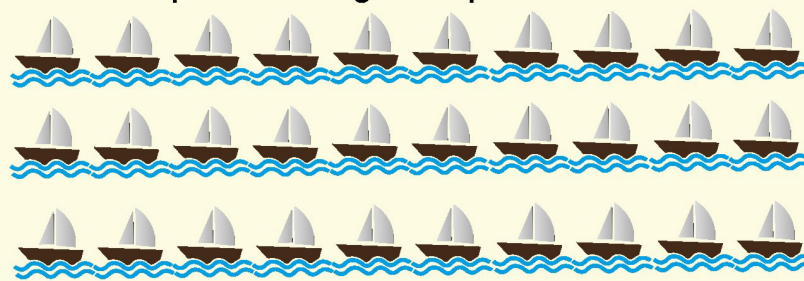
Foram os índios que popularizaram o rio. Iguaçu significa "rio grande"



Ainda que controverso, ele é considerado o segundo rio mais poluído do Brasil.

Importância

Em 1891, Coronel Amazonas Marcondes iniciou a navegação no Iguaçu. Por ele, erva-mate e madeira foram transportados em grande quantidade



também é um indicador da influência das áreas alagadiças do rio.

Neste aspecto, a Lei é controversa. Ao mesmo tempo em que sugere os 200 metros de preservação no Iguaçu, ela é flexível ao permitir que as áreas de cota, como o Rio Iguaçu, respeitem apenas entre 15 e 30 metros de margem. A Lei também deixa dúvidas ao

defender a largura do rio como base quando fala em áreas urbanas, que, diferente de boa parte das rurais, tem sistema de água, eletricidade e construções próximas dos rios. "Nas áreas rurais prevalece o que diz o Código Florestal. Já no perímetro urbano, há características próprias", lembra Bom. Uma delas é de que nestas cidades, é o Plano Diretor quem determina o que é certo e errado.

Os 20 metros propostos pela Câmara de Vereadores obedece a cota mantida pela Copel. "O decreto Federal de 1979 diz que o Rio Iguaçu, neste trecho, é considerado lago artificial para captação de energia. O novo Código Florestal diz que quando o

rio está em área consolidada e ele é para captação de energia, a área de preservação é de 15 a 30 metros", reforça o secretário de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente de Porto União, Christian Martins, que antes de assumir a pasta atuou como vereador e propôs a rejeição do projeto.

A Lei Complementar foi absorvida pelo Plano Diretor e usou uma média para definir os limites: a área de preservação ambiental em Porto União é de 20 metros. "Dentro destes 20 metros não se mexe mais. O que tem é direito adquirido. Na verdade, a gente salvou uma área central de Porto União", avalia.



Bruna Kobus



Mariana Honório



Bruna Kobus

• Lei Complementar derruba dúvidas e limita espaços: área de preservação é de 20 metros

• Roberto Pedro Bom

• Cristiano Silva